



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 73ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 29 de outubro de 2018, com início às nove horas e quarenta e seis minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **OLAVO SANTOS** e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Gugu Bueno, Jeferson Cordeiro, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rafael Brugnerotto, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa.

PEQUENO EXPEDIENTE – Projeto de lei nº 140/2018; Projeto de lei nº 141/2018; Projeto de lei nº 142/2018; Projeto de lei nº 143/2018; Projeto de lei nº 144/2018; Projeto de Lei Complementar nº 5/2018; Projeto de Lei Complementar nº 6/2018; Ofício Gab. PGM nº 869/2018, que requer a retirada da proposição contida no PLO nº 122/2018; Mensagem nº 1/2018 - PMC contendo mensagem aditiva ao PLO nº 141/2018; Mensagem nº 2/2018 - PMC contendo mensagem aditiva ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 1/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 2/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 3/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 4/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 5/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 6/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 7/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 8/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 9/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 10/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 11/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 12/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 13/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 14/2018 ao PLO nº 130/2018; Emenda nº 15/2018 ao PLO nº 130/2018; Parecer nº 230 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Resolução nº 138/2018; Parecer nº 5 favorável da Comissão de segurança pública e trânsito ao Projeto de lei nº 133/2018; Parecer nº 229 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2018; Parecer nº 73 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Resolução nº 13/2018; Parecer nº 72 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei nº 132/2018; Parecer nº 226 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 133/2018; Parecer nº 227 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 134/2018; Parecer nº 222 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Resolução nº 13/2018; Parecer nº 225 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 132/2018; Ofício/PGM nº 841/2018, em resposta ao Requerimento nº 496/2018 do vereador Policial Madril; Ofício/PGM nº 838/2018, em resposta ao Requerimento nº 488/2018 do vereador Fernando Hallberg; Ofício/PGM nº 852/2018, em resposta ao Requerimento nº 532/2018 do vereador Policial Madril; Ofício/PGM nº 839/2018, em resposta ao Requerimento nº 509/2018 do vereador Policial Madril; Ofício/PGM nº 851/2018, em resposta ao Requerimento nº 528/2018 do vereador Policial Madril; Ofício/PGM nº 845/2018, em resposta ao Requerimento nº 516/2018 do vereador Fernando Hallberg; Ofício/PGM nº 844/2018, em resposta ao Requerimento nº 525/2018 do vereador Policial Madril; Ofício/PGM nº 846/2018, em resposta ao Requerimento nº 507/2018 do vereador Fernando Hallberg; Ofício/PGM nº 840/2018,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

em resposta ao Requerimento nº 497/2018 do vereador Policial Madril; Ofício/PGM nº 836/2018, em resposta ao Requerimento nº 506/2018 do vereador Policial Madril; Ofício/PGM nº 837/2018, em resposta ao Requerimento nº 520/2018 do vereador Policial Madril. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores Pedro Sampaio, Paulo Porto, Rafael Brugnerotto, Celso Dal Molin, Parra, Serginho Ribeiro, Policial Madril, Josué de Souza, Olavo Santos, Mauro Seibert e Alécio Espínola. – Presidente: Finda que está a matéria de expediente, deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Temos as atas da 71ª e 72ª sessões ordinárias realizadas dia 15 e 16 de outubro de 2018. Em discussão as atas. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Vamos colocar em discussão o Projeto de lei nº 42/2018 que altera a Lei Municipal que dispõe sobre a taxa de proteção a desastres no município de Cascavel e dá outras providências, de autoria dos vereadores Olavo Santos e Policial Madril. Em discussão o Projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Propusemos esse projeto juntamente com o vereador Policial Madril por uma questão de praticarmos a justiça e o equilíbrio das forças, vivermos o que pregamos. O que gostaríamos para nós é o que desejamos para a população de Cascavel. Entendemos que a lei 6570 é inconstitucional, não é o entendimento só nosso, pois todos puderam estudar o projeto e o STF também entende através do julgamento de um recurso especial, o 643247 julga inconstitucional cobrança de taxas desta natureza. Entendemos o que a corporação dos Bombeiros realiza trabalho extraordinário em Cascavel, mas entendemos que é injusto para cada um dos cidadãos de nossa cidade pagar duplamente um tributo. Quem somos nós para colocar ou permitir que continuemos sobrecarregando de impostos os munícipes de Cascavel? Ademais, o próprio entendimento da Justiça é que segurança pública é um serviço público geral indivisível devendo ser custeada com os valores dos impostos, assim seria inconstitucional cobrar essa taxa. Imagine os senhores que é permitido, nós podemos chegar num futuro próximo onde alguém que não conseguiu recolher essa taxa que é ilegal e que está sendo cobrada no município de Cascavel, tenha o seu nome como inadimplente, entre em dívida ativa e mais tarde possa inclusive perder um bem por causa de uma coisa que é ilegal. Aqueles que podem sindicatos, associações, grandes empresas recorrerem ou estão ainda recorrendo à Justiça e conseguem a suspensão do pagamento dessa taxa, mas para muitos dos cidadãos de Cascavel não compensa, pois eles não têm condições de contratar um advogado, mas eles têm a nossa voz, a voz deste vereador que vos fala, a voz do Policial Madril, do vereador Parra, do Pedro Sampaio, do Carlinhos, do Josué, do Alécio, do Mauro, do Misael, do Valdecir, do Doutor Bocasanta, do Mazutti, do Fernando, Paulo Porto, do Serginho, do Rafael Brugnerotto, do Cabral, do Jefferson Cordeiro, do Celso Dalmolin, Carlinhos, Damasceno. Nós temos a obrigação de sermos justos. É obrigação do Governo do Estado do Paraná e aqui eu quero cumprimentar os Majores que se fazem presentes da Corporação, mas gostaria muito que o trabalho que vocês fizeram de gabinete aqui



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nessa Câmara de Vereadores que os senhores fizessem também lá na Assembleia Legislativa de deputado em deputado, fizessem na sala do governador para que esses recursos sejam realmente garantidos ao município de Cascavel, a Corporação dos Bombeiros e que nós não ficássemos aqui cobrando duplamente tributos de nossos cidadãos. Não é justo. Chega. Nós estamos vivendo um novo tempo, aliás, tardiamente. Ontem, nosso presidente eleito disse da necessidade de ser fiel à Constituição, às leis, mas é tão bom, tão bonito o trabalho. Parabéns. Estão fazemos a sua obrigação, mas o recurso tem e nós pagamos e muito para isso. Nós pagamos muito e o governo do estado tem que fiscalizar lá com os deputados para que haja menos corrupção. Vimos um governo esfacelado aonde o governador não conseguiu nem se reeleger senador porque não estava sendo fiscalizado direito por aquele parlamento. Isso é verdade, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná foi omissa em relação ao Beto Richa e essa Casa de leis, a Câmara Municipal de Cascavel não será omissa para com seus cidadãos e para com o Executivo. É obrigação nossa sermos firmes. Agora, eu respeitarei a votação e o posicionamento de cada um dos senhores, mas tenho certeza que as urnas sempre irão mostrar o caminho que nós devemos seguir, e aqui não é perseguição, nós entendemos da necessidade, aqui é questão de Justiça. Se coloquem, e quem já passou necessidade sabe que muitas vezes você recolheu, se faltar R\$ 30,00 falta muito dinheiro se te faltar 10 centavos para comprar os créditos de um transporte coletivo você não consegue andar, e você tem que recolher duplamente um tributo por falta de habilidade de nossos legisladores. Se não está vindo o necessário para nós é porque tivemos omissão na Assembleia Legislativa e tivemos mais omissão ainda do Governo do Estado do Paraná. Essa folha já foi virada, começa uma nova etapa no Paraná e em Cascavel, por isso, sem demagogia eu gostaria muito de pedir aos senhores o voto favorável nesse projeto. Juntamente comigo está o Policial Madril e depois disso vários outros vereadores depois que nós protocolamos o projeto nos procuraram para estar conosco. Não estamos aqui para dividir, estamos aqui para promover a justiça social, não bastam sorrisos, tapinha nas costas e nos ferrar seja através da cobrança de tributos ou através da corrupção, precisamos ser justos e eu preciso ser justo não só com aqueles que votaram em mim, mas como todos que eu represento nesse momento nesse parlamento e que não têm voz, que não têm vez e que não têm condições de lutar pela isenção, pelo não pagamento dessa taxa. Estamos pedindo a sua extinção. Em relação ao que foi pago nos anos passados eu não considero a necessidade de que tenha esses valores que serem devolvidos porque o trabalho realizado também deixou o seu legado, mas o que é justo é justo, o que é ético precisa ser defendido e principalmente na questão da moralidade. Eu peço voto favorável. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rafael Brugnerotto. - Vereador Rafael Brugnerotto: Sabemos da importância do trabalho desenvolvido pela Corporação, questão principalmente preventiva no combate de incêndios, desastres, inclusive está na hora de começarmos a pensar sobre a resiliência do município de Cascavel, algumas atitudes políticas que podemos tomar para evitar muitas catástrofes em que pese o mérito do projeto, a necessidade dos valores que são recebidos. Nós temos que nos curvar ao que prevê a Constituição Federal, não pode o município de Cascavel



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

instituir tributos que dentre os tributos estão aí a contribuição de melhoria, a taxa, os próprios impostos e que dentro do direito constitucional nós temos algumas decisões judiciais que possuem efeito de repercussão geral, ou seja, efeito de lei, importante que entendam que algumas decisões do direito possuem efeitos apenas entre as partes, no entanto, o Supremo Tribunal Federal pode transcender os efeitos dessa decisão e fazer com que uma decisão judicial tenha efeitos *erga omnes*, ou seja, para todos, ou seja, efeito de lei. Sendo efeito de lei, ela vincula os atos do Poder Administrativo e de todos os órgãos do Poder Judiciário seguem aquela determinação judicial. Então, me permitam aqui com a devida vênua ler o acórdão do recurso extraordinário nº 643247 cujo relator é o ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal que fala sobre essa taxa. Taxa de combate a incêndio, inadequação constitucional: descabe tributário como obrigação do contribuinte, taxa visando à prevenção e o combate a incêndios, sendo imprópria a atuação do município em tal campo. Acórdão: vistos relatados e discutidos estes autos acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal em fixar a seguinte tese de repercussão geral, ou seja, de força de lei. A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se no campo da atividade precípua pela Unidade da Federação e porque é serviço essencial tem como viabilizar a arrecadação de impostos não cabendo ao município a criação de taxa para tal fim nos termos do voto do relator e por unanimidade em sessão presidida pela ministra Cármen Lúcia na conformidade da ata de julgamento e das respectivas notas taquigráficas. Brasília, 1º de agosto de 2017, Ministro Marco Aurélio, relator. Ou seja, nós podemos até votar contrários ao projeto de lei fazendo com que continue valendo essa cobrança, mas existe sim a possibilidade de respondermos por esse entendimento equivocado. Então, aqui não venho discutir o mérito, a necessidade da arrecadação, mas temos que sim cobrar do governo estadual que dê as condições necessárias para que o Corpo de Bombeiros trabalhe e deixo aqui a sugestão inclusive que façamos uma moção ao governo para que atenda esta reivindicação do Corpo de Bombeiros para que continue fazendo o brilhante trabalho que faz, no entanto, nós não podemos admitir que taxas que foram já declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal com efeito de repercussão geral, ou seja, efeito de lei, continue vigorando no município. Isso vai fazer até que tenhamos um possível desgaste no que diz respeito de uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal de repercussão geral. Por isso, eu peço um voto favorável pela questão legal do projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mauro Seibert. - Vereador Mauro Seibert: Esse projeto é importante para essa Casa e também para os Bombeiros, uma instituição que eu tenho o maior respeito, Major, porém, ontem na declaração do nosso presidente, a partir do ano que vem, ele deixou bem claro que Brasília tem que mudar algumas coisas e algumas coisas de verbas, principalmente, não precisa nem ir para lá e sim ficar nos municípios diretamente, assim como nós temos que pedir para nossa Acic, OAB que nos ajude como Brugnerotto colocou em sábias palavras aqui que nós temos que não é só mudança no voto que o brasileiro deu seu recado, mas sim na organização interna que nós temos que fazer, nós temos que provocar nossos deputados sim, o governador para que mude, que foi mudado no governo Beto Richa, Pedro Sampaio, nosso governo, fizemos parte também disso e se for preciso também



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

farei isso com a Governadora Cida Borghetti, mas vai começar um novo governo que tem que começar essa transição. Nós temos a taxa de vistoria feita pelos nobres bombeiros que equivale a mais de 6 milhões que vai para o caixa geral do estado, da segurança pública. Esse dinheiro não é deles, é do nosso contribuinte, é das escolas e das empresas. Esse dinheiro tem que ficar aqui e ser realmente 50% só disso já dá mais do que nós estamos repassando para essa valorosa corporação. Então, nós temos que começar a mudança, não é só a mudança no voto, mas sim na nossa organização interna. Meu voto será favorável para essa aprovação que tenha esse entendimento e que também se há algum problema de arrecadação nós podemos também tirar do nosso caixa geral e o prefeito pode fazer isso também, mas nós temos que provocar nossos deputados que estão lá para defender nossos munícipes e isso tem que começar a ser mudado. Era o que eu tinha. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: É questão constitucional, legal legítima. Claro que hoje não só politicamente vemos acho que nós temos que ter um momento de paz nesse país. Quando nós vemos que o brasileiro paga os impostos mais caros do mundo em tudo, e nós estamos em uma situação muito favorável. Parabenizar também o trabalho do 4º grupamento de bombeiros de Cascavel, mas nós nos vemos realmente a questão da legalidade. Não vamos entrar no mérito do projeto. Dessa forma também eu vejo só está adequando uma questão jurídica, séria e também para nós não cometer um problema que qualquer pessoa, qualquer cidadão pode entrar e derrubar. Então, importante nós votarmos favoráveis a esse projeto, essa questão. Nós temos a questão, não é hoje que nós pagamos impostos e devidamente arrecadados pelo Município de Cascavel, mas também foi lembrado pelo vereador Mauro que na verdade nós mandamos esses impostos todos a rumo federal e estadual e o que volta para o município de Cascavel em arrecadação, quais os benefícios que a população de Cascavel tem? Vemos tantas outras situações, o brasileiro não aguenta mais pagar impostos. Vejo os empresários literalmente fechando as portas, desemprego no Brasil e uma coisa é mais importante que nunca: nós temos que realmente pacificar o nosso Brasil, ter respeito não só em cada voto contrário ou favorável ao que aconteceu no Brasil, mais respeito, e dessa maneira também respeito a população de Cascavel. Então, eu acho muito legal, acho importante. É importante ajudarmos o Corpo de bombeiros na sustentação, mas aí também lembramos muito bem agora o governo eleito. Então, Ratinho tem que dar condições, estrutura aos policiais senão também entra uma prerrogativa que tudo vamos ter que pagar o imposto a mais. Isso também complica. Se nós abrimos um precedente de que tudo nós temos que onerar em impostos, vamos abrir um precedente para os demais órgãos para que se coloque e quem vai acabar pagando são as pessoas. Então, também peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Neste projeto que nós estamos acompanhando e agente sabe dessa questão da Constituição, a gente sabe que essa taxa não está prevista na Constituição Federal, mas precisamos pensar num outro ângulo também: da aplicação desse recurso no município de Cascavel. Tivemos em outra época em Cascavel onde essa taxa foi votada e retirada da cobrança dos nossos munícipes e precisou voltar e ser repensado na questão do atendimento por parte do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Corpo de Bombeiros, por parte do SIAT, onde houve o declínio do atendimento por parte desta importante corporação, pois começou a ter um atendimento menor em casos urgentes como acidentes, como incêndios que muitas vezes o Corpo de Bombeiros por estar com o equipamento quebrado, e a gente sabe que o equipamento quebrado se você vai fazer um trâmite para buscar esse equipamento para consertar você precisa de um tempo muito grande e muitas vezes não adianta ter uma corporação com excelentes soldados, pessoal que trabalha, que estão empenhados, se não tem equipamento para poder atender. Muitas vezes demora de 6 meses a 1 ano para que esse processo venha e o recurso chegue e concerte esses equipamentos. Então, pelo que eu sei, estamos percebendo aqui que está andando para que retire essa taxa, mas temos que pensar na responsabilidade no caso de urgência e nós temos equipamentos quebrados, equipamentos que o estado deveria estar em dia com esse equipamento, que esse recurso vai para o estádio, depois demora para vir para o município, muitas vezes não vem e estamos fadados a ter um declínio na excelência do atendimento que nós temos hoje pelo Corpo do Bombeiros, pelo SIATE, pelo atendimento de emergência onde é acionado e ele prontamente em 5 minutos, 10 minutos, o Corpo de Bombeiros, SIATE está atendendo. Então, temos essa responsabilidade de nós deixarmos a nossa população muitas vezes nós pensarmos em estar ajudando e muitas vezes não estarmos pensando no momento de emergência. Será que a população vai pensar nos vereadores que votaram favoráveis para tirar essa taxa ou vai atribuir justamente ao nosso prefeito a responsabilidade no atendimento de urgência, no atendimento rápido. Hoje nós temos atendimento de excelência, nós vamos estar correndo o risco de tirar essa taxa, de nós declinarmos o atendimento por parte do Corpo de Bombeiro. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Olavo Santos: A respeito dessa indagação, cobra do governador, dos deputados estaduais que têm que lutar para que isso venha. Só para inteirar, Maringá, agora no dia 10, o prefeito de Maringá, Ulisses Maia tinha proposto uma taxa nesses moldes, retirou o projeto porque é ilegal. Agora, se o senhor quiser também, não concordar, é um direito do senhor, mas quanto à cobrança, vamos cobrar lá de quem é o responsável. Chega dessas coisas, é demagogia, nós temos que parar justamente com esses tipos de ações, por isso que o trabalhador não aguenta mais. Quem tem a instituição organizada, quem tem um sindicato consegue suspender a taxa e fica tudo nas costas do trabalhador. Aqui está a Constituição, se quiser vir conosco vem junto, se não te entrego ela, o senhor pode rasgar. Obrigado. – Vereador Mazutti: Eu sei, eu entendo da Constituição, mas nós temos que estar pensando. Vamos estar analisando, posso até estar votando favorável aqui mas nós vamos ter essa responsabilidade de manhã ou depois nós termos um declínio no atendimento por parte do Corpo de Bombeiro, por parte do SIATE. A gente sabe que essa taxa ilegal, a gente sabe que a população quer pagar menos impostos, mas nós temos que estar pensando nesta responsabilidade de manter Cascavel como excelência no atendimento. O Corpo de bombeiros faz um trabalho de prevenção de combate a incêndio onde vamos estar tirando a possibilidade desse atendimento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Serginho Ribeiro: Nós não temos dúvida da qualidade do trabalho que é prestado em Cascavel, realmente é relevante, sabemos da realidade. Sabemos da carência, necessidade, mas temos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

agora 3 deputados eleitos estaduais por Cascavel. Coronel Lee, temos o Márcio Pacheco, Lemos, independente de partido, e um Governador eleito. Vai ter que mostrar serviço. Vamos cobrar. Eles têm que dar voz a população. – Vereador Mazutti: Temos que analisar bem essa questão de nós de repente num sentido de favorecer sempre nossa população pra que tenham excelência no atendimento, que nosso Corpo de Bombeiros, SIATE possam ter essa possibilidade dos investimentos que hoje são feitos. Claro que sou favorável a estarmos fazendo um trabalho por Cascavel. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Misael Junior. - Vereador Misael Junior: Ontem quando eu vi o Haddad no seu pronunciamento não cumprimentando o presidente eleito fiquei triste porque acho que aqui nessa Câmara é uma sala de debates também onde muitos ganham, outros perdem e quando a gente perde num projeto, a gente perde numa retórica, a gente precisa entender que a outra parte foi vitoriosa e cumprimentar essa parte por ser vitoriosa, por isso da deselegância que eu achei da fala do vereador Olavo com o vereador Mazutti. Acho que aqui cada um tem o seu posicionamento e precisa ser respeitado. Presidente Bolsonaro disse ontem que terá um governo aonde ele aplicará o valor e nossas receitas para os estados e municípios. Acredito que nós estamos numa celeuma porque de um lado temos uma taxa inconstitucional, mas temos de outro lado também um trabalho que ainda não foi feito para suprir uma necessidade dos nossos bombeiros. Eu tenho uma proposta a fazer a essa Casa: de nós pensarmos juntos, levaremos esta dúvida aos nossos deputados eleitos, ao Governador eleito e juntos aqui todos os vereadores irmos a Curitiba talvez, falarmos com o governador, pensarmos em algo para o Corpo de Bombeiros para que nós possamos tirar esse peso dos contribuintes de Cascavel e passar ele devidamente ao governo do estado porque até agora isso não tem acontecido. Então, seria o momento ideal para que todos nós uníssemos as nossas forças aqui, independente de cor partidária que cada um carrega, mas nós nos unirmos e pensarmos o bem do nosso Corpo de Bombeiros. Dizer que o Corpo de Bombeiros não faz um bom trabalho ninguém vai dizer isso aqui, ninguém é louco, aliás, talvez muitos de nós aqui quando éramos pequenos queríamos ser bombeiros. Nós temos essa visão do Corpo de bombeiros, uma instituição que carrega nas costas um peso grande, uma responsabilidade enorme. Então, gostaria de propor isso aos senhores respeitando aqui a opinião do vereador Madril, do vereador Olavo que brilhantemente propuseram esse projeto. De um lado temos a inconstitucionalidade da lei, mas de outro lado nós temos a necessidade de uma instituição que carrega essa responsabilidade na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, em todo Brasil. Então, fica aqui a minha proposta aos senhores para que a gente talvez peça para que o projeto seja retirado ou volte mais pra frente, que talvez isso não por mim, mas pra que os próprios vereadores proponentes do projeto possam fazer tal pedido se assim não o fizerem eu posso fazer para que essa proposta então que todos nós possamos ir a Curitiba ou trazer o governador aqui, pegar um compromisso dele pra que nos próximos meses e anos nós possamos transformar e mudar essa realidade que está em Cascavel. Era o que eu tinha. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Quero fazer uma leitura e gostaria que todo mundo ouvisse. O que é ética? São as virtudes e valores que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

devemos cultivar ao longo da vida, ter ética é ter consciência de nossas obrigações morais. O que é moral? Trata-se de virtudes e valores propriamente ditos que constituem o espírito humano sendo o conjunto de regras, valores e proibições impostas pelo mundo, política, costume, religião, ideologia. A moral é adquirida e formada ao longo da vida por experiência e se manifesta em ação concreta de uma pessoa. Após esses resumidos conceitos afirmo que precisamos agir como falamos. Podemos falar em ética e honestidade se cobrarmos algo que não é devido? Podemos falar em ética e moral quando pensamos apenas em interesses pessoais sem pensar no próximo? Em Cascavel quem tem condições de pagar advogado não precisa pagar taxa de desastre, e a pessoa humilde que trabalha apenas para o sustento continua pagando. Então, essas palavras que eu estou falando, que todo mundo sabe, que todos os vereadores, a população de Cascavel sabe, que os sindicatos que têm mais de 3.000 associados, nenhum pagou a taxa de desastre e nem do IPTU em 2017. Outras pessoas que tiveram condições entraram na Justiça e não pagaram. Então, se fosse uma lei constitucional teriam que ter pagado, teria entrado em dívida ativa. Em 2018 o nosso prefeito da transparência, o nosso procurador jurídico que quando estava nesta Casa de leis disse que esse projeto é inconstitucional, eles fizeram em três boletos para enganar os bobos, mas algum bobo leu isso aí. Eu fui procurado por uma pessoa humilde e ela me explicou a constitucionalidade. Outra situação: eu pergunto, por que o comandante do Bombeiro daqui de Cascavel não reclama pra o Comandante dele em Curitiba? Por que não vai procurar os deputados? E a gente sabe que essa taxa está sendo paga. Foz do Iguaçu desde 2018 devolveu à população com desconto no IPTU, Maringá deixou de cobrar a taxa antiga existente também em razão da decisão do STF, Umuarama não cobra essa taxa, Ponta Grossa por meio de decreto nº 4789 de 4/02/2011, o Prefeito Municipal suspendeu a cobrança da taxa prevista, Londrina não cobra mais a partir de 2017 e Curitiba apresentou um projeto e teve parecer contrário e não tem essa taxa. Então, das cidades grandes que eu não tenho certeza é só Guarapuava que não sei se está cobrando ou não e Cascavel. Gostaria que colocasse um vídeo de matéria existente e eu entendo também a situação do comandante do Bombeiro, do Major que no RDE sempre tem que respeitar o superior, se um deles ir lá em Curitiba reclamar que está vindo pouca verba amanhã eles vão estar em outra cidade. Então, é bem mais fácil você vir numa Câmara de vereadores e vir gabinete por gabinete, mas se a gente for levar a regra isso é indução ao erro, quando você está votando uma lei inconstitucional e alguém está te induzindo a votar está cometendo um crime também. Então, Major se eu tinha que se ver com isso aí o porque quando na época da eleição que não poderia fazer voto dentro do batalhão eu não fui dentro de Batalhão e não fui porque eu sou um seguidor da Lei, eu nunca pedi pra ninguém fazer alguma que não está em prol da Lei. Outra situação antes de começar a rodar o vídeo: Nós desde a antiguidade foi criada a Bíblia, Os Dez Mandamentos para que as pessoas tivessem um limite na sua vida, e 7º Mandamento diz não furtar. Então, você aprovando uma lei dessas, você está legalizando um furto. Gostaria que a técnica passasse o vídeo. (Exibição de vídeo) Com essa palavra final não precisa falar mais nada. Tem que seguir a Constituição. Essa politicagem do Major, do pessoal aqui acho que não tem tanto interesse público porque na licitação do dia 25



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

desse ano que saiu que está no site da prefeitura olha qual é o custo benefício, trabalhei 26 anos na polícia, aviso de licitação, pregão presencial 30305/2018 objetivo de registro de preço por período de 12 meses objetivando a contratação de autoescola da categoria de carteira nacional de habilitação em atendimento ao Corpo de Bombeiro de Cascavel. Abertura: 9/11/2018 às 9:01, critério de julgamento: menor preço por item, valor máximo em reais R\$ 36.694, edital de informação poderá ser obtido pelo departamento de gestão de compras e administração. Para vocês verem quando a gente está analisando e achando que o pessoal está realmente pensando no bem da população esses R\$ 36.000 não é pra ajudar pessoas, esse já é dever do município. Eu acredito que essa situação a gente talvez não precisa levar tão a fundo porque todo sindicato procura os vereadores, mas quando vem alguém que é superior do Bombeiro, começa a procurar é uma forma de coação, isso aí eu acho que o nosso presidente que preza pela legalidade honestidade e o segmento da Constituição deve estar se remoendo por dentro porque como alguma autoridade que teria que ser exemplo eles vem numa Câmara pedir para alguns vereadores votarem contrário num projeto que está certo, que a lei é inconstitucional. Antigamente existia o Robin Hood famoso que roubava dos ricos para dar para os pobres e achava que estava certo e agora o que nós estamos fazendo? Não conseguimos roubar dos ricos porque eles têm advogado então não pagam, só quem paga são os pobres. Temos bem claro, a Constituição, a própria Bíblia diz no 7º Mandamento: não furtarás, isso é um furto. O que não está legal a população não tem que pagar, agora nós temos que cobrar dos governantes, todas as cidades do Paraná sobrevivem sem essa taxa ilegal porque o governo tem que mandar. E essa história que vai baixar caminhão, que vai ficar parado, isso aí é só para tentar enganar os outros porque se baixar caminhão e não tiver efetivo é culpa do governo porque nós já pagamos nossos impostos então não adianta vir com uma conversa dessa porque a gente tem que ver o custo-benefício. Se fosse só em prol da população eu tenho certeza que não estaria aqui o Corpo de bombeiro, se fosse pensar em prol da população pobre. Então, eu peço voto favorável a esse projeto não por mim, mas pra seguir a Constituição e ver as pessoas de bem que não tem condições de pagar um advogado e no final acabam pagando uma dívida que é inconstitucional. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jeferson Cordeiro. – Vereador Jeferson Cordeiro: Achei importante que o Bolsonaro nem assumiu e já mudou a postura dos Vereadores. Ninguém usava a Constituição, todo mundo está usando a Constituição que o Bolsonaro falou. Veja o Policial Madril, Olavo, o Serginho que apoiaram o deputado Pacheco no passado, o cara ficou 4 anos não fez mudanças, será que vai fazer agora? Nós do PSL teremos deputados, vamos buscar com eles para que se faça uma correção sobre isso. Tivemos deputado que ficou 4 anos e eu não vi se pronunciar sobre isso. Voto contra esse projeto, voto a favor do pessoal do Bombeiro. Quem já precisou do bombeiro e SIATE sabe a real necessidade de ter estrutura pra eles. Vamos averiguar, se houver erro sobre isso vamos levar ao Ministério Público e fazer o que tem que ser feito. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Olavo Santos: Quero responder ao vereador Jefferson que na minha fala cobrei de todos os dos deputados. Meu apoio ao deputado Márcio Pacheco, foi exclusivamente na campanha Municipal, não da campanha de deputado estadual, nem antes e nem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

agora. Então, é bom se inteirar um pouquinho antes de falar também para saber como que a gente está se posicionando. Podemos pensar diferente, é lícito os trabalhos que possam pedir aprovação ou não da taxa, inclusive da Corporação assim como eu falei que poderiam se dirigir também a Assembleia Legislativa. Nosso intuito é buscar acertar e sempre nós vamos acertar quando estivermos em acordo com a legislação. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Fico feliz quando a gente tem um vereador aguerrido, temos o Jefferson aqui que agora ele pode dar o exemplo também a nível Municipal, Jefferson, são 4000 crianças fora da creche, temos a cidade inteira esburacada e o senhor que é vereador da base pode cobrar o prefeito. Mas com certeza vou cobrar os deputados também assim como Márcio Pacheco sabendo que o Deputado pode sugerir, pode fiscalizar, mas ele não tem a caneta para determinar que dinheiro venha para cá. Rompido esse questionamento, senhores, eu acho que é bom quando a gente discute ideias aqui na Câmara e deixa de pessoalizar. Quero aqui ressaltar o respeito que eu tenho a essa instituição chamada corpo de Bombeiros de Cascavel que está aqui representada pelo Major Araújo e pelo Major Amarildo, pessoas de alta estima minha pessoal, acho desnecessário que foi feito aqui de ter colocado o vídeo deles na Tribuna, Vereador Madril, eu acho que é uma discussão que tem que ir para frente, mas esses senhores que estão aqui merecem respeito por toda a história deles dentro da Polícia Militar, dentro do Corpo de Bombeiros assim como o Coronel Fernando, assim como cada soldado que está lá dentro do Corpo de Bombeiros a vocês todo o meu respeito e admiração pelo trabalho aqui em Cascavel. Vamos à questão da lei, a questão da legislação em si. Nós temos uma divisão muito clara do que a função municipal, do que a função estadual e do que é função federal, e é bem claro que a questão de segurança pública neste caso é função do Estado. A questão do Corpo de Bombeiros deve ser mantida pelo Estado do Paraná. Quando a gente entra nessa discussão também devemos fazer com responsabilidade, o Corpo de Bombeiros recebe 15 milhões por ano do Governo do Estado aqui em Cascavel e esse dinheiro que vai da prefeitura, não é da prefeitura, é dos munícipes serve para suprir algumas necessidades, por exemplo, não são supridas nas escolas, não são supridas na Polícia Militar visto que temos muitas vezes colaborado com nosso próprio dinheiro para se colocar uma UPS dentro do bairro. É um absurdo a população ter que mobilizar com dinheiro próprio, com estrutura própria para se colocar uma UBS que é dever do Estado, mas aí também essa situação, nós vamos ter que criar uma taxa UPS agora? Nós vamos ter que criar uma taxa de Segurança Pública para ir lá e colocar dinheiro Municipal aonde o estado não cumpre essa função? Nós vamos ter que criar uma taxa de escola pública para ir lá e entrar aonde o estado falha na escola pública? Então, desse ponto de vista eu voto pela ilegalidade dessa taxa. Repito: não é questão pessoal, não é a questão do Corpo de Bombeiros. Eu acho que nós temos que agir com responsabilidade, a nossa população está sendo bem servida, se assim entender que deve ser adiado isso, isso deve ser discutido de repente junto com os deputados para garantir esses repasses eu também votaria favorável a isso, mas com relação a essa cobrança Municipal evidentemente que eu sou contrário pela sua ilegalidade. Tivemos a nível de estado um aumento de IPVA de 40% na última gestão, um aumento



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

absurdo que não foi aprovado pelo vereador Márcio Pacheco na época, nós tivemos um saque da Previdência dos funcionários públicos de oito bilhões de reais, um verdadeiro saque que foi promovido naquela tragédia que foi dos deputados do camburão lá, do qual o meu também deputado Márcio Pacheco não estava presente nisso. Nós tivemos aqui uma arrecadação estadual de 44 bilhões no ano passado, em 2016 tivemos uma arrecadação de 47 bilhões também do estado, muito superior à arrecadação de Cascavel e da mesma forma que devemos agir com responsabilidade vendo o trabalho do Corpo de bombeiros também temos que cobrar essa responsabilidade do estado do Paraná que faça esse repasse de maneira adequada. Estamos vendo PEC e PIC sucateados aqui em Cascavel. Vimos duas rebeliões no governo do estado, mas não é por isso que nós vamos ter que criar a taxa presídio aqui para os munícipes de Cascavel pagarem essa conta porque já pagam essa conta a nível de estado, no IPVA, nos ICMS, na alta taxa tributária que nós pagamos dia após dia em qualquer produto que nós compramos. E nós temos também que pensar na segurança jurídica que essa taxa pode ser contestada a qualquer momento e a prefeitura ter que dispende esses valores para devolver aos munícipes então o dinheiro pode faltar a nível municipal. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Falar sobre Democracia e legalidade. Com todo respeito que eu tenho ao vereador Madril, mas só queria divergir do Policial Madril em relação à questão da do diálogo que os bombeiros fizeram com os vereadores. Legítimo. Foram ao meu gabinete, conversamos longamente, inicialmente fui convencido da importância da manutenção dessa taxa e não vejo nenhum problema nisso até porque esse é o espaço da democracia e do diálogo. Da legalidade: posteriormente na mesma lógica democrática conversei com Madril, conversei com o Olavo e me apresentaram de maneira cabal a questão da ilegalidade dessa cobrança. No mesmo debate tanto com o Olavo Santos, tanto com Madril, no mesmo debate com a Corporação eu entendi que é democrático, que realmente a cobrança é ilegal por isso estou anunciando meu voto favorável ao projeto, mas deixando claro que esse é o debate, o parlamento. Meu gabinete recebe a tudo e a todos, nem sempre concordamos, mas é sempre legítimo. Então, eu só queria deixar claro com todo respeito à Corporação, já conversamos sobre isso, da legitimidade disso, então voto favorável ao projeto de Olavo e do Policial Madril por entender de maneira muito clara da legalidade do projeto. Muito obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Policial Madril: Talvez o que não ficou entendido ali que eu falei com os oficiais que foram ao gabinete, eu falei que é a mesma situação que poderia caracterizar, a mesma situação de todas as classes quando tem algum projeto e procuram os Vereadores. Eu por ser da Polícia Militar e saber do RDE, não estou falando mal do Major, só que eu sei que eles não têm condições de ir em Curitiba porque vão ter que pedir permissão primeiro ao superior deles. Então, eu sei da limitação do comandante do Batalhão, e sei também se o Major Fernando for cobrar esse dinheiro que não veio aqui para Cascavel daqui uma semana ele não vai estar em Cascavel porque assim que funciona o RDE. Respeita a Corporação, mas tenho que respeitar meus eleitores também. Talvez falo dessa, mas sou seguidor da lei. Para mim seria bem mais fácil eu pagar R\$ 18,00 e me acovardar e ficar quieto que eu fazer o papel de vereador representante do povo que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

eu estou fazendo. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Obrigado. Seu mandato tem tudo menos covardia. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Estamos discutindo um projeto que é no campo das ideias, cada um tem um pensamento como nós sempre falamos aqui o Paulo sempre falou no campo das ideias, cada um apresenta sua ideia, mas existe um cuidado muito grande que nós temos que ter para não ofendermos as pessoas como aconteceu na fala do Policial Madril. Ele falou que isso é um furto, um roubo que está acontecendo com a cidade. Então quero apresentar aos senhores os autores desse roubo de 2015 que aprovaram essa lei vinda de Executivo. Fernando Winter, Valmir Sevrvegnini, Celso Dal Molin, Cabral, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Ganso sem limite, Rui Capelão, Gaiteiro, Professor Paulino, Romulo Quintino, Pedro Martendal e Jorge Menegatti. Se existe roubo existe autor do roubo. Isso não pode acontecer nesta Casa, não podemos ir para essa linha desse tipo de coisa. Defende a ideia, mas sem esse tipo de coisa. Não podemos permitir isso nessa casa de leis. Não podemos aceitar esse tipo de coisa e agora eu vou votar contra esse projeto e de acordo com a fala do Policial Madril, autor do projeto que tem todo direito de fazer esse projeto e falar contra vou levar também o título que estou roubando a população. Cada um tem o seu pensamento, maneira de ver. Eu estou vendo isso que foi aprovado, nós fomos no Corpo de bombeiros, todos vereadores visitar, e vimos, ficamos sensibilizados com a situação. Quando você vê aquela viatura parada juntando uma pessoa caída no asfalto nós estamos lembrando desse recurso que está ali, não estamos fazendo coisa aqui para engrandecer ninguém, estamos tentando resolver um problema até que possamos realmente conseguir a nível de estado que venha esse recurso e tire essa taxa. Vou votar contra esse projeto. Que as ideias sejam discutidas sem nenhuma ofensa. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Como votei contra em 2015 concordo com o Policial Madril, estão furtando os pobres de Cascavel sem dúvida nenhuma como que pode alguém que é do PT, da esquerda votar contra essas taxas. Tem gente que votou ontem pra o 17 e que querem continuar mamando na teta do serviço público. Tem dois projetos: um liberal e outro não liberal. Eu voto para o meio de campo, mas favorecendo os menos favorecidos. Aqui o ano passado o meu deputado na época Professor Lemos, votou contra o abono para a Justiça e todos os outros de Cascavel votaram a favor, auxílio moradia, isso e aquilo e chega a eleição e votam contra o estado maior. Não podemos votar uma lei que está cada vez mais prejudicando o emprego de Cascavel. Eu não entendo essa população que fala tanto mal do serviço público, fala tanto mal que a iniciativa privada tem que se sobressair do serviço público e votam que o município de Cascavel mantenha o autódromo, o kartódromo, hospital, estádio Olímpico e queria que mantivéssemos também o centro de eventos. Então nós queremos um estado grande. Aqui vieram empresários falar a favor, eu me lembro do Bigolin que ia colocar nos jornais quem voltasse contra, só que na época de pagar imposto de quem quer pagar imposto, também temos que ser coerentes, 40% de aumento do IPVA que aconteceu nesse governo passado, tem que ter condição de dar respaldo para os Bombeiros. Sempre fui um crítico desse helicóptero, 11 milhões por ano o aluguel do helicóptero para trazer de uma cidade e deixar morrer nas UPAs, me falaram que no aeroporto eles estão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pagando um alto aluguel só para o hangar do helicóptero. Queremos um país que o governo invista na saúde, educação e segurança e saia fora dos outros, esse é o país que nós queremos. Eu que sou da esquerda defendo um estado menor do que os caras que votaram no Bolsonaro. O Bolsonaro que a eleição que nem Corpo de Bombeiros vai ter porque o estado mínimo não tem nada. Nos Estados Unidos o cara está passando fome vai passar fome, se o cara é doente, vai ser doente. Então que país nós queremos? Eu te digo o seguinte: Me lembro do Major Fernando aqui, a esposa dele falou para ele, me contou, confidenciou que eu tinha razão, ela tinha uma loja não conseguia mais pagar tanto imposto. Então, temos que diminuir a carga tributária. Temos que fazer com que o município de Cascavel administre melhor suas finanças. Um bilhão para o município de Cascavel e não consegue fazer uma laqueadura. Vamos remodelar esse estado e eu acredito que como eu não votei a favor dessa taxa, Policial Madril, eu concordo contigo, estão roubando dos pobres. Voto favorável e vamos começar a acompanhar o pensamento da população que é diminuir um pouco o tamanho do Estado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Valdecir Alcântara. - Vereador Valdecir Alcântara: Quero me solidarizar com o Coronel Mario que foi em meu gabinete falar sobre essa situação de onde era aplicado esse recurso. Se fosse para levar ao pé da risca nós temos que cortar a guarda municipal porque é dever do estado dar segurança para população da cidade de Cascavel. A Guarda Municipal também é bancada pelo Município de Cascavel. Neste caso aqui dá a entender até mesmo quando se fala em vício de iniciativa, existe se for se aprofundar nesse processo, vício de iniciativa, mas hoje vamos decidir o que vai ser votado aqui em plenário, mas a princípio seria mais pra me solidarizar com vocês e dizer que o meu voto vai ser baseado em cima da contrariedade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Não podemos analisar o que é bom ou ruim. Temos como prerrogativa, o que é certo ou errado. A taxa é boa ao município, mas é ilegal. Hoje temos a taxa de vistoria que vai direto pra o caixa geral do Governo do Estado. 50% se nós com o novo governo ou ainda com o exercício da governadora Cida Borghetti nós conseguíssemos reverter isso através de decreto ou até mesmo de lei isso e isso faríamos junto aos deputados para que nós possamos dar a estrutura necessária ao Corpo de Bombeiros. Cascavel atende hoje 10 acidentes por dia em média. Nós não podemos colocar em cheque esse serviço, mas nós sabemos da ilegalidade da taxa. Sabemos da ilegalidade da taxa. Sabemos do cabo de guerra que fica aqui o vereador quando entrou na questão de quem aprovou a Lei e hoje estamos ab-rogando essa lei, mas é uma forma correta, nós devemos aqui partir para a legalidade. Então, meu voto será favorável ao Projeto de lei, mas com o compromisso ao Corpo de Bombeiros em respeito a todos que aqui trabalham na Corporação de que vamos abrir o diálogo sim enquanto nós estivermos aqui sentados nessa cadeira, esse mandato para que nós possamos salvaguardar Cascavel. Então, nós temos a UPS, ela é um programa, nós não vamos criar aqui taxa para UPS, isso seria mais um desastre para nossa cidade. Eu acho que o Estado tem que fazer a vez dele e dessa forma de que nós no diálogo temos aqui o deputado agora que é da polícia, Coronel Lee que tem bastante conhecimento de causa a esse tributo para que nós possamos pegar o Coronel Lee, Lemos que se reelegeu,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

infelizmente não tivemos a reeleição do Adelino, do Madril, do Gugu Bueno, mas o ano que vem, do Mizael, esqueci, mas que nós possamos discutir isso aqui ainda esse ano, abrir esse canal já com o Sperafico e nós buscarmos essa oportunidade, essa situação da taxa de vistoria em 50% retornar para Cascavel, que a taxa é nossa, o tributo é nosso, então não devemos aqui impor esse ônus a população que não merece mesmo que ela seja irrisória, se eu não me engano eu paguei R\$ 20,00 no meu boleto, eu acho que é isso é um valor irrisório, mas que o poder econômico na maioria das vezes entra com ação e ganha na justiça. Então, seria imprudente e até em desacordo com a legislação, uma parcela da população pagar e a outra não pagar. Então, vamos discutir, votarei favorável ao Projeto de lei 42 para que nós possamos também aqui ter a legalidade resguardada. Seria isso. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Major, eu fiquei feliz em ver vocês andando aqui nos corredores do nosso gabinete durante o dia procurando os vereadores. Eu ficaria muito triste se você estivesse chamando os vereadores, alguns de nós para conversar a noite porque as coisas tem que ser feitas às claras. Então, quero aqui dar parabéns para vocês pela importância deste assunto. Quero dizer para vocês que há 5 anos eu sofri um acidente e eu não tinha seguro, sofri muito porque eu não tinha seguro. Era uma opção minha fazer o seguro do carro ou não e no início de 2017 eu tenho uma chácara próxima ao aeroporto e uma pessoa ali coitado, não tão esclarecido, eu pedi para que não colocasse fogo, que com fogo e água não se brinca e ele colocou fogo no lixo, passou por um canavial e passou por uma roça de milho que eu tinha colhido há pouco tempo. O milho a gente planta, não para ter lucro, mas para fazer a palhada para plantar soja em cima, e aquilo varreu, o fogo foi para o mato, foi ligado para o Bombeiro no prazo curto de tempo tinha lá quatro viaturas do Bombeiro, dois caminhões, uma caminhonete e mais um carro de apoio para dar assistência e apagar aquele fogo. Graças a Deus que vocês estavam amparados com os equipamentos tudo em condições de atender aquele momento porque se os caminhões estivessem caindo, sem as rodas ou quebrados nas oficinas esperando o governo do estado trazer o recurso, talvez o estrago tinha sido muito maior. Nós temos aqui em Cascavel 3 UPSs que eu estou ajudando, muitos vereadores de vocês estão ajudando que é dever do Estado, é dever do Estado sim, mas o estado muitas vezes é omissivo e nós queremos um atendimento de excelência. Então, eu venho aqui hoje dizer para vocês o seguinte; nós elegemos alguns deputados em Cascavel, Deputado da segurança Coronel Lee, elegemos o Pacheco, que tem feito não sei, mas parece que tem feito muita coisa por Cascavel, vejo direto nossos vereadores dizendo das coisas que eles vem trazendo para Cascavel, talvez seria hora de nós nos reunirmos aqui, chamar a responsabilidade para esses deputados para daqui 4 anos eles vão virem passar vergonha igual muitos deles passaram agora aqui nas urnas, fazê-los assumir o compromisso deles de trazer mais recursos para Cascavel. Então, assim eu venho aqui humildemente pedindo pra gente retirar desse projeto por algumas sessões e para nós estarmos chamando o governo do estado, esse governo que é o governo PP do partido do Mauro que eu também ajudei que não venceu, mas é uma pessoa séria que está lá, têm certeza que vai se sensibilizar e nós estarmos dizendo que para ano que vem vamos acabar com essa taxa, mas vamos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

oficializar eles, chamar a responsabilidade para eles e depois diante disso ele sabe o que fazer. Então, venho aqui pedir o adiamento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Misael: Exatamente isso, eu ia dar sugestão de adiar, a retirada os vereadores proponentes poderiam fazer, mas pedir o adiamento ao proponente de projeto, vereador Alécio está dizendo aqui por 10 sessões. Então, fica aí uma sugestão para a gente pedir adiamento do projeto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Olavo Santos: Acho pertinente seu pedido, mas se adiarmos por 10 sessões, ano que vem, vamos estar cobrando de novo da população. Não concordo, eu peço voto contrário ao adiamento, eu respeito esse pedido, mas 10 sessões é um exagero. No ano que vem estará sendo cobrado novamente da população. - Vereador Josué de Souza: Mediante o impasse nós precisamos de um tempo para estar conversando com o governo e com os deputados, então, gostaria de pedir aqui um adiamento por cinco sessões. – Presidente: A presidência fará uso da palavra neste momento. Primeiro reconhecer a legitimidade da presença dos nossos majores aqui presentes, dizer do respeito que temos para com nosso querido Coronel Fernando. Nós estamos nesta Casa já há 6 anos, quarto ano como presidente, sempre mantemos uma relação de muito respeito e a democracia prevê que as instituições se respeitem de maneira mútua. Evidente e peço escusas aos dois majores, que isso faz parte do calor do debate do parlamento, é assim mesmo. Vereador Olavo e Madril já vêm trabalhando essa questão já há muito tempo, Vereador Madril, um defensor absoluto da legalidade, não é fã do Bolsonaro, mas assim como ele, carrega a Constituição Federal para cima e para baixo e não só carrega nas suas mãos, mas também nos seus atos, nas suas falas e tem se posicionado desde o começo do ano sempre em cima absolutamente da legalidade. Eu entendo no calor da fala do parlamento, da discussão, do debate, muitas vezes isso já aconteceu comigo, embora a gente já tenha um pouco mais experiência no Parlamento, você acaba se excedendo nas palavras. Acredito que o respeito para com o Corpo de Bombeiros, para com essa Instituição vem de todos os 21 vereadores, não é isso que está em debate. Está em debate uma questão muito difícil, todos os vereadores sabem da importância do nosso Corpo de Bombeiros ter a estrutura e os equipamentos necessários para continuar fazendo esse trabalho brilhante na cidade, e temos um dos melhores Corpos de Bombeiros do Estado do Paraná, mas também temos uma questão da legalidade, temos uma fala muito contundente do vereador Olavo, do vereador Madril, temos aqui um professor de direito constitucional que é o Doutor Rafael Brugnerotto, é evidente que essa lei neste momento é inconstitucional, absolutamente inconstitucional. Temos uma decisão do STF com repercussão geral que não cabe nem interpretação. Então, é uma situação difícil que os senhores vereadores estão, mas essa é a missão dos vereadores, pra isso que vocês foram eleitos pelo voto direto da população de Cascavel. Então, feita essa consideração ao nosso Corpo de Bombeiros, nosso Coronel Fernando, ao nosso Major Araújo, o Major Amarildo, eu quero pedir ao Vereador Josué de Souza e faço isso em nome da presidência porque percebo aqui e já ouvi a grande maioria dos senhores vereadores para que a gente possa entrar no denominador comum que V. Excelência diminuísse o adiamento para três sessões porque nós temos um problema, o que nós não podemos manter é a instabilidade no município, não é justo alguns pagarem, os outros não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pagarem, aqueles que têm condição de ter advogado não pagar, isso, eu acho absolutamente nesse momento uma injustiça social, mas nós temos um problema, estamos nos aproximando do final do ano, temos que votar as leis orçamentárias, mas também não podemos adiar muito essa discussão. - Vereador Misael Junior: Questão de ordem. O senhor é presidente, teria que sair da presidência. – Presidente: O presidente está falando não pode ser interrompido. Se você quer recorrer recorra a CCJ por qualquer fala ou decisão da presidência. Gostaria de pedir porque percebo a vontade da grande dos senhores vereadores que esse adiamento fosse diminuído para 3 sessões, Vereador Josué de Souza, mas evidentemente que vossa excelência é absolutamente livre para manter a decisão para 5, para 10, para 15, para quantas sessões Vossa Excelência assim entender. - Vereador Josué de Souza: Presidente, tendo em vista então que a maioria que quer que abaixe, então vamos entrar num consenso. Acho que quatro está de bom tamanho, então está bom. 3 sessões. – Presidente: Feito o pedido de aumento por parte do vereador Josué de Souza por três sessões, colocamos em votação então o pedido de adiamento. Vossas excelências querem discutir o pedido de adiamento? (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Faço minhas as palavras do presidente Gugu Bueno, quero pedir ao Policial Madril e Olavo Santos que assim como a gente fica bravo com o vereador Alécio Espínola que vai contra os pedidos de vista, que a gente acolha esse pedido que acho que é razoável por 3 sessões. Essa lei é inconstitucional, mas pra gente dar um prazo, vereador Misael, vereador Mauro para irmos todos de repente e já documentarmos essa nossa visita a Curitiba para garantir que haja esse repasse que então todos aprovem esse adiamento por apenas três sessões. Em discussão o pedido de adiamento por três sessões formulado pelo vereador Josué de Souza. - Vereador Pedro Sampaio: Questão de ordem, sugiro que se crie uma comissão para trabalhar se não é muita diária pra ir os 21 vereadores a Curitiba. Então, vamos manter a regularidade das contas se não os 21 monta-se a comissão de 3 vereadores e esses vão até Curitiba. – Presidente: Devido à importância do assunto, acho que evidentemente quanto maior o número de vereadores presentes numa reunião com a atual governadora ou quem sabe até o próprio Vereador Misael Júnior sugeriu com o futuro Governador Ratinho Junior acho que 5 vereadores seria um número adequado. Então, logicamente com prioridade aos autores do projeto, a presidência está aberta para receber o pedido de vossas excelências que queiram participar desta comissão que irá a Curitiba. Em votação o pedido de adiamento de três sessões formulado ao Projeto de lei nº 42/2018. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Pedido de adiamento aprovado registrando-se o voto contrário do vereador Bocasanta. Vamos para o próximo projeto. Em discussão o Projeto de lei nº 123/2018 de autoria do vereador Jeferson Cordeiro que declara de utilidade pública a Associação Missionária de beneficência. – Presidente: Com a palavra vereador Jeferson Cordeiro. - Vereador Jeferson Cordeiro: Este projeto declara utilidade pública a Associação Missionária de Beneficência. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jeferson Cordeiro. - Vereador Jeferson Cordeiro: Quero aqui cumprimentar em nome dos vereadores a nossa irmã Maria Aparecida que está aqui, nosso Doutor Fabrício que é



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

advogado da instituição e falar também poucas coisas sobre o colégio que o que vai valer mais são as atitudes, o trabalho que tem feito. Estivemos visitando o colégio, sabemos da importância do trabalho que vocês realizam lá principalmente a disciplina dos alunos, dos professores. Dá para ver que está sendo bem aplicado. Só tem elogios pra enaltecer o trabalho de vocês. Não são as minhas palavras que vai fazer valer esse projeto e sim o trabalho que vocês têm feito. A entidade de direito privado representa e é integrada pelas irmãs da Congregação Missionária Servas do Espírito Santo, legado do fundador Santo Arnaldo Janssen e das co-fundadoras Madre Maria Helena e Madre Josefa. Função educativa dentro da visão cristã promovendo cidadãos conscientes e comprometidos com a missão. A associação já possui esse título em Ponta Grossa. Quero destacar aqui que são 126 alunos bolsistas integrais em 2018 com previsão de gastos de R\$ 1.032.000,00 até o final do ano letivo, é um dos destaques também a seleção municipal de handebol feminina que recebe a bolsa integral, treina dentro do ginásio e ainda recebe treinamento técnico do próprio colégio. Faz-se um trabalho brilhante com a Uopeccan, com o asilo São Vicente de Paula, a creche João Paulo Segundo com materiais escolares e de limpeza sempre auxiliando. A finalidade desse projeto é congregar ações de educação, cultura capacitando para o trabalho, saúde, ensino com uma melhor qualidade. Eu fico muito grato até o Doutor estava me agradecendo, eu que tenho que agradecer. Vocês me dão oportunidade de poder fazer nesse projeto uma homenagem ao trabalho que vocês têm realizado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Sampaio: Parabenizar pelo projeto, saudar os mantenedores presentes, a importância da educação fazendo com que congregue, trazendo a beneficência, a promoção humana, evangelização, ensino, saúde. Nós estamos precisando de mais entidades como essa. A importância disso tirando um pouquinho do peso até do poder público para que nós possamos aqui ter o acesso e a finalidade mesmo aqui nossa de conceder pra que vocês possam fazer justificar aos benefícios da utilidade pública e poder captar recursos a nível estadual e federal com projetos. Então, parabéns e votarei favorável. - Vereador Jeferson Cordeiro: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Serginho Ribeiro: Também quero contribuir, parabenizar a autoria do projeto. Educação é tudo: conhecimento, trabalho e essa declaração de utilidade pública a Associação Missionária beneficente a gente vê quanto é importante ajudar os seres humanos, as crianças, acreditamos em um país melhor dessa maneira, pessoas que fazem realmente a diferença. Parabéns pelo trabalho de vocês, somos fãs e parabenizo porque sabemos quanto à situação às vezes financeira do município obriga ou mesmo federal e estadual e com isso vocês não só tiram um peso, mas contribuem, uma questão da parte humana, recreativa, social, cultural nas famílias. Parabéns pelo trabalho. Também peço voto favorável. - Vereador Jeferson Cordeiro: Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de lei nº 123/2018. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Dizer que meu interesse é votar realmente favorável, só que aqui mais uma vez nós estamos debatendo na legalidade do processo, Vereador Jefferson. Eu peço sua atenção porque é muito sério, porque se passa o pedido aqui mais tarde a instituição terá problemas. A lei 5417 de 2010 traz ali alguns documentos que são indispensáveis que são elencados no artigo 2º para que a entidade possa ter o seu reconhecimento



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

como declaração de utilidade pública, e aqui no processo estão faltando alguns itens, está faltando pelo que eu vi o ITB aonde não tem o atestado de funcionamento expedido pelo respectivo órgão da administração pública Municipal ou autoridade competente e uma outra situação que mais nos preocupa é que veio uma certidão positiva que não gera efeito de certidão negativa. Então, até uma situação grave do sentido que nós precisamos, tem um projeto do vereador Mauro Seibert nesse sentido porque é de uma outra unidade mas a mantenedora que acaba aqui sendo prejudicada. Essa certidão positiva não gera então efeito de certidão negativa e isso complica para que eu possa dentro de um processo de legalidade fazer a votação favorável e isso preciso ser justo no que eu estou lhe dizendo. Ademais o projeto, desculpa também a Diretoria Legislativa, não deveria ter sido protocolado nesses termos porque não está de acordo com que rege a nossa legislação e peço também a Comissão de Constituição e Justiça que se puder em outras situações estar mais atento nessa situação pra que um projeto como esse não chegue no momento aqui aonde a gente como legislador querendo fazer a coisa certa, e não basta querer, desejar a coisa tem que ser feita certa. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Mauro Seibert: Vereador Olavo, bem colocado nessa tese, eu já protocolei um projeto para a gente rever essa situação, não só como a nossa irmã Maria também tem alguma pendência também, mas nós temos a instituição também dos nossos pequenos produtores, então entrei com um projeto para fazer essa mudança na Casa, e provavelmente nas próximas sessões nós estaremos também orientando para que os vereadores aprovelem essa lei para melhorar a parte de certidões para as utilidades públicas. Obrigado. - Vereador Olavo Santos: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Sampaio: O artigo 2º a Lei Municipal 5417 de 2010 é muito claro no seu parágrafo 3º que na falta de documentos deste artigo será concedido prazo de 30 dias para que a entidade cumpra as exigências. Então, aqui acredito que não vai fugir ao projeto de lei proposto aqui, a entidade busque esses documentos para que em 30 dias aí anexe ao seu corpo do projeto. Então, acredito que não vai ter dificuldade. Obrigado. - Vereador Olavo Santos: Vereador Pedro, até entendo, mas a maior preocupação é em relação à questão da certidão negativa porque hoje nós podemos aprovar e mais tarde quando a entidade precisar ter os seus cumprimentos utilidade pública o documento não vai servir para nada. Então, que eu estou fazendo aqui, jogando para torcida? Nesse sentido Vereador Jefferson, nós precisaríamos encontrar uma solução de repente um adiamento, de repente se analisarmos, votarmos antes esse projeto de alteração do vereador Mauro Seibert que contempla esse entendimento de uma maneira diferenciada para que nós possamos num futuro próximo poder realmente conceder a condição de utilidade pública, senão de nada vai adiantar nós votarmos e depois não conseguirmos estar em andamento. Então, na verdade digo essa situação. – Presidente: Conversando agora com o vereador autor do projeto evidentemente que nós temos que manter absoluta legalidade, como há um projeto de lei tramitando na Casa que resolve bem esta questão, do vereador Mauro Seibert, ele já tinha me pedido celeridade. Então, eu peço às nossas comissões que deem parecer no projeto do vereador Mauro ainda essa semana pra que já na sessão de segunda-feira a gente possa colocar em votação, aprovamos o projeto do vereador Mauro e na sequência retomamos a aprovação do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

projeto do vereador Jeferson. Então, o vereador concordou aqui com o adiamento também de três sessões. Então, quando nós aprovarmos daí já aprova definitivamente sem risco de nenhum problema. Então, coloco em votação o pedido de adiamento formulado pelo vereador Jefferson de três sessões do Projeto de lei nº 123/2018. Em votação o pedido de adiamento. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Pedido de adiamento aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em discussão o Projeto de lei nº 129/2018 da totalidade dos Senhores vereadores que declara de utilidade pública o Núcleo de apoio à Vida de Cascavel. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 129/2018 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em discussão o Projeto de lei nº 132/2018 de autoria do Executivo Municipal que altera as leis orçamentárias no valor de R\$ 3.000.000,00. Quero fazer uso da palavra. Esse dinheiro que será destinado a Secretaria de educação é fruto da decisão que a mesa diretora tomou de não construir o anexo da Câmara este ano. Embora seja uma necessidade não é prioridade, prioridade são as contas públicas. Então, a mesa diretora tomou a decisão de não construir o anexo e também não fazia sentido ficar com esse dinheiro até dezembro. Em conversa com o prefeito Paranhos, fizemos um acordo com ele pra investir esse dinheiro na educação de Cascavel. Por isso a Câmara não está construindo o anexo esse ano, mas esse recurso será destinado ao município de Cascavel. Os projetos atrasaram, como não daria tempo de fazer a licitação ainda na nossa administração entendamos por bem não dar início até em respeito à nova mesa diretora, mas os projetos estão prontos. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto: Parabenizar a mesa pela proposição por entender que é necessário investir em educação até porque duros tempos virão a partir do ano que vem. Peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mauro Seibert. - Vereador Mauro Seibert: Se tivermos o compromisso da próxima mesa diretora eu estaria votando contrário, mas acho que já vem há anos a gente devolvendo isso, mas não há fazendo o dever de casa, esse prédio foi construído já há algum tempo, muitas vezes falta fala, tem goteiras, mas compreendendo sua fala espero que a próxima mesa diretora tenha o compromisso de fazer o anexo ou colocar essas reformas, mas considerando que os projetos não estão prontos votarei favorável, mas deixando esse ressalva que não podemos mais adiar isso. – Presidente: Além da construção do anexo, temos necessidade da reforma desse prédio. Seria complicado tocar a construção e reforma. Então, nós priorizamos a reforma desse prédio para essa questão das infiltrações, a questão das nossas janelas, problemas estruturais que infelizmente existem no prédio da Câmara de vereadores e que é de conhecimento de toda população de Cascavel. Então, esta mesa diretora, Vereador Alécio, é bom que você esteja do meu lado direito aqui porque você está presente diante a todos os vereadores, vai dar início a grande reforma desse prédio, reforma estrutural, para que assim que conclua a reforma desse prédio a próxima mesa diretora usando os projetos que já estão prontos possa dar início à construção do anexo. Por isso decidimos não tocar as duas coisas juntas. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Fico feliz, foi transferido esse dinheiro para



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

educação e eu discordo do Mauro, acho que nosso prédio em relação aos outros prédios públicos está bom demais, e tipo assim, se eu pudesse proibir a construção desse anexo e eu proibiria porque quem trabalha no serviço público como eu já trabalhei que nem banheiro tinha em certos lugares onde fui trabalhar como médico, eu acho que a Câmara de Cascavel tem horas que tem um apertinho aqui ou ali, mas ela já é de bom tamanho pra cidade de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Mauro Seibert: Concordo que temos um prédio bonito, mas não podemos deixar que o custo lá na frente seja muito mais alto. Por isso deixei minha ressalva. - Vereador Bocasanta: Como sou crítico do judiciário que custa muito pra o país acho que a Câmara custa muito pra Cascavel e gostaria que sobrasse mais dinheiro. Fico feliz de não ter sido construído esse anexo e sempre serei contra. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Parra. - Vereador Parra: Votarei a favor dada a importância do projeto, investir em educação é investir no futuro. Mas venho pedir o compromisso da nova mesa se tiver de devolver algum recurso pra prefeito que faça uma parceria com a Secretaria de saúde e faça cirurgias eletivas principalmente pessoas que tem pinos e precisam retirar e não conseguem. Tem uma criança na UPA com microcefalia e o HU não abre as portas pra atender essa criança. Louvável a atitude a presidência e do Executivo, investir em educação é prevenir talvez doenças, que o jovem vá pra o crime, mas gostaria que essa Casa olhasse pra saúde pública dos cascavelenses. Tem cidadão esperando 7 anos esperando cirurgia de hérnia que o Bocasanta faria Tribunal de Contas em 10 por dia. As clínicas não fazem cirurgia a não ser oftalmologia porque dá lucro, mas outras cirurgias não estão sendo executadas e a população de Cascavel está na UPA diariamente em complicação da falta das cirurgias, da falta da execução dessas cirurgias. Então, que para os próximos milhões devolvidos para prefeitura que nós possamos destinar algo para secretaria de saúde para que as cirurgias eletivas realmente saiam do papel e comecem a acontecer no município de Cascavel. – Presidente: Vamos à votação do Projeto de lei nº 132/2018. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Temos um projeto que tem causado apreensão, a presidência recebeu muitos pedidos de diretores de Cemeis, então estou convocando uma reunião pra amanhã 9 horas da manhã com o secretário Zurek, com o RH e convido a todos os vereadores a participar. - Vereador Paulo Porto: Questão de ordem. O Edson Zurek estará hoje nesta Casa, mas concordo que seja amanhã. – Presidente: Estou convidando pra amanhã 9 horas da manhã. Peço ao líder do governo que avise o Zurek, a secretária Márcia Baldini pra reunião amanhã no plenarinho. Vamos discutir o Projeto de lei nº 138/2018 de autoria dos vereadores Alécio Espínola e Josué de Souza que autoriza o município de Cascavel a adotar no seu âmbito as disposições constantes do art. 20, parágrafo único da Lei Nº 10.559, de 13.11.2002. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mauro Seibert. - Vereador Mauro Seibert: Esse projeto busca autorizar o Poder Executivo a celebrar transações que estejam em litígio judicial buscando benefício e indenizações. Aqueles que foram atingidos por motivo político, atos de exceção institucionais ou complementares. Aprovar esse tipo de legislação seria contra censo da minha parte considerando todo trabalho que tenho feito nessa revisão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

legislativa dessa Casa. Processos autorizativos em nada acrescentam no ordenamento jurídico, pois não possui caráter obrigatório a que é dirigido, apenas autoriza o Poder Executivo a fazer o que já lhe compete, não atribui dever ao Poder Executivo de usar autorização nem atribui direito a nós Poder Legislativo de cobrar tal uso. Trata-se unicamente de sugestão. As sugestões ao Poder Executivo podem ser realizadas diante indicações. Esse é o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça e de cidadania da Câmara dos Deputados conforme a súmula de jurisprudência nº 1, projeto de lei de autoria de deputado ou senador que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência que é de sua competência exclusiva e inconstitucional. Assim por entender ser o projeto da matéria é exclusiva do Poder Executivo e eu como sou presidente da Comissão da revisão das leis me manifesto ao contrário a este Projeto de lei em discussão. Era o que eu tinha. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Alécio Espínola. - Vereador Alécio Espínola: Quero pedir o voto favorável uma vez que temos um parecer favorável da CCJ aqui da nossa Casa. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Fico na mesma linha de raciocínio do Mauro Seibert por prezar pela legalidade e acredito também para a gente registrar em atas e fazer uma pesquisa e por esse projeto no Guinness, porque foi protocolado no dia 22/10/2018 e hoje dia 29 em votação. Acho que é o Projeto mais rápido que transmita numa Casa de leis, acho que faz dias que a gente não sai em notícias nacionais, podemos aproveitar, também vou votar conforme o vereador Mauro. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de lei nº 138/2018. Vamos a votação. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Josué de Souza, Mazutti, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Rafael Brugnerotto, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). (Foram contrários os vereadores: Celso Dal Molin, Bocasanta, Jeferson Cordeiro, Mauro Seibert e Policial Madril). – Secretário: 15 votos favoráveis e 5 contrários. – Presidente: Com 15 votos favoráveis e 5 contrários aprovado em primeira votação o Projeto de Lei nº 138/2018. Em resposta ao vereador Policial Madril o Projeto foi protocolado e todos os projetos que tem pareceres favoráveis das comissões ficam prontos para ir para a pauta, como a comissão deu parecer ainda na semana passada e houve um pedido por parte dos vereadores autores do projeto, Vereador Alécio Espínola, Vereador Josué de Souza, não houve nenhum empecilho pra que ele não viesse para a pauta, por isso está em pauta de votação no dia de hoje como assim a gente procede com todos os senhores vereadores que impedem a inclusão dos seus projetos respectivos senhores. Finda que está a matéria da ordem do dia deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Alécio Espínola. – Vereador Alécio Espínola: Abro mão da palavra. - Vereador Carlinhos Oliveira: Peço licença. - Vereador Olavo Santos: Abro mão da palavra. - Vereador Josué de Souza: Abro mão da palavra. - Vereador Parra: Abro mão da palavra – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Sampaio. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Vereador Pedro Sampaio: Passada a eleição é momento de refletir: Um belo dia pra você. Não compre briga política, compre pizza, não faça inimigo, faça bolo de milho, não bata o pé, faça café, tire os adesivos do peito



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

e coloque amor no coração. O legal é manter por perto quem a gente sabe que nunca vai sair do lado. Só uma mensagem a todos os vereadores. A truculência com a qual o candidato derrotado se dirigiu aos eleitores, sabemos que teve uma parcela da votação, mas a democracia venceu. Não a esse discurso de “vamos manter a resistência e ódio ao presidente eleito”. Me chamou atenção essa forma de apontamento de dedos, de que o Brasil vai andara pra trás. Estamos aqui pra fazer o Brasil andar pra frente. Seria isso. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Venho reconhecer que parte do povo brasileiro, 55% democraticamente escolheu o candidato Jair Bolsonaro presidente do nosso país. Venho a Tribuna reconhecer que democraticamente parte do povo brasileiro escolheu o discurso do ódio, do preconceito e das fake news, que democraticamente escolheu o estado mínimo, a precarização das políticas públicas, a flexibilização das leis trabalhistas, a entrega de nossas riquezas ao capital internacional, enfim que democraticamente escolheu um Brasil subalterno e vira lata no duro jogo da diplomacia internacional. Diante disso, venho a público reafirmar que esse mandato seguirá democraticamente ao lado daqueles milhões de brasileiros que não escolheram o candidato vencedor, mas ao contrário, que se alinharam na luta por um Brasil socialmente justo e em defesa do nosso povo mais humilde que mais necessita de governo, nosso mandato hoje se solidariza com os 47 milhões de votos de brasileiros que ontem depositaram sua esperança em Fernando Haddad, nosso mandato solidariza com todos aqueles que ousaram e tiveram a coragem de sair às suas debatendo propostas à população e apresentando as propostas com nosso candidato, nosso mandato se solidariza com todos aqueles que não fugiram da luta e nem se esconderam no triste pântano da neutralidade. Enfim, nosso mandato se solidariza com todos aqueles democratas da direita e esquerda que de que forma ou de outra se manifestaram em defesa das nossas instituições democráticas nesse grave momento político que o Brasil atravessa. A verdade é que as eleições terminaram, mas a nossa luta apenas começou. Encerro recordando esse belo poema de Vladimir Maiakovski, poeta soviético do início da revolução russa de 17 que é muito adequado nesse momento. Fiz ranger as folhas secas do jornal e o cheiro de pólvora perseguiu-me até em casa, nada de novo há no rugir das tempestades, não estamos alegres, mas porque estaríamos tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de rompê-las, vencê-las como uma quilha corta as ondas. Nesse dia 29 de outubro que viva a esperança, que viva a nossa coragem, que viva o povo brasileiro. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Também queremos colocar o encerramento de uma disputa aonde alguém vai governar o país. Quem perdeu, quem ganhou? Tivemos duas disputas, como falou vereador Paulo Porto, aonde nós tínhamos alguém da direita e alguém da esquerda. Acredito que não foi uma resposta a um candidato, mas foi a resposta ao sistema aonde não queriam mais aquela situação, aonde a esquerda estava impondo algo que o povo não queria e não aceitava mais. Partindo disso houve uma disputa e essa disputa aconteceu e ontem uma direita acabou sendo vencedora, mas hoje nós deixamos todas as diferenças de lado, inclusive já retirei do meu carro os adesivos daquele que apoiava que era a direita representada pelo senhor Bolsonaro porque hoje



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

existe uma união aonde nós temos que unir a esquerda e a direita para governar o nosso país e que o nosso país possa ser o grande ganhador nesse momento. Pode ser que no futuro possamos até nos arrepender desse momento, desta hora, mas hoje foi necessário que se levantasse um povo valente com a bandeira na mão, bandeira do Brasil e dizer: chega desse sistema. Precisamos de uma mudança, queremos uma mudança e a mudança aconteceu. Nessa mudança que aconteceu nós pedimos a Deus que venha abençoar, que venha organizar e venha proteger e que o Brasil possa crescer e uma nova realidade de história possamos ter para contar para os nossos filhos e para os nossos netos. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: Pegando um pouco a fala do Celso Dal Molin, também do Paulo Porto eu acho que é o momento do país pacificar, todo mundo unir as forças para um país melhor, digno de caráter, serenidade e não digo só passar o país a limpo, mas cada um fazer suas ações, as suas obrigações e direitos e deveres e fazer um pedido também novamente, logo teremos eleições para que possamos que acho que qualquer pessoa fica chateada, são grupos, aquele grupo que tal pessoa, grupo de x pessoas, alguém chegou ao poder. Então, a verdade é que está aí eleito o Bolsonaro, temos o respeito e todo mundo juntar as forças. Discordâncias vão ter sempre em tudo inclusive na música, teatro, dança, religião, mas é o respeito que faz a diferença, cada um poder escolher, o Deus é o único. Agora vou fazer um pedido aos nobres e também aos deputados eleitos de onde esteja, pensar na cidade de Cascavel, pensar no povo do Paraná, pensar no Brasil, não é o Bolsonaro que tem que pensar no Brasil como um todo e parar com aquela situação que grupos que infelizmente atrapalham porque querem chegar ao poder, mas de que maneira? Se a cidade de Cascavel foi mal, eu posso ganhar a eleição. Para com isso. É importante pensar no bem comum, a criança está morrendo de fome, o mundo, os idosos, as pessoas de baixa renda, pensar no empresário que fomenta, gera emprego, economia, impostos abusivos, pensar como um todo. Se pararmos com essa situação de falar só em poder, poder com grupos, aí os deputados vão lutar por Cascavel, vereadores como todos votar por Cascavel, a cidade como um todo ajudar o prefeito a conduzir da melhor maneira sem falar em oposição e situação, ajudar a prefeitura. Se vai bem, o povo de Cascavel vai bem, a saúde de Cascavel vai bem, a educação. Então, é dessa maneira. Temos que trabalhar um novo país, que possamos entrar 2019 com vontade, determinação. Que tenhamos um Natal abençoado, um ano de prosperidade porque é dessa maneira que se faz realmente o melhor. Não adianta tapar o sol com a peneira, a geração de emprego vai transformar o Brasil, eu sempre digo: a maior dignidade de um pai de família é dar o sustento de seus filhos e retornar para casa. Dessa maneira se tiver emprego ele está feliz, uma pessoa desempregada volta em casa desmotivada. Temos que motivar as pessoas, educação é tudo. Vamos investir melhor, mas é dessa maneira mesmo só para que a gente possa realmente fazer a verdadeira relevância que é o ser humano, esse mundo é uma passagem, sabemos disso e ainda eu falo novamente: Estamos chegando a Marte, estamos passando em 1969 Neil Armstrong pisou a lua, primeiro homem pisar lua, agora queremos chegar em Marte, morar em Marte, mas eu quero que novamente a humanidade volte à Terra, volte a cultivar os bons costumes, criança que morre ainda por 20 centavo de uma vacina, é absurdo.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Temos que ajudar, pessoas que passam fome, não só falamos, nem precisamos olhar para o lado em outros países, é só voltar para a nossa cidade na periferia, só voltar para o nosso país na periferia. Temos que ouvir a população, tem que ouvir o povo, tem que participar da vida ativa. Seria isso. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Mazutti. - Vereador Mazutti: Usar a Tribuna para falar das eleições de ontem que ocorreu de maneira democrática, pedindo a Deus que abençoe o nosso novo presidente do Brasil Jair Bolsonaro do PSL, hoje nessa Câmara representado por mim, Vereador Mazutti, o Jefferson Cordeiro, Valdecir Alcântara. E pedir a Deus que abençoe que ele faça um bom mandato em prol da nossa população, em prol das nossas crianças em prol das nossas famílias, da população, que Deus abençoe que ele faça um mandato voltado à valorização do nosso Brasil. Também dizer que eu tenho entre os meus eleitores votantes do PT, votantes do Haddad e a gente sempre buscou respeitar a opinião de todos. Eu acho que isso é o grande crescimento, discutindo ideias, não provocando, mas colocando o ponto de vista de cada um respeitando aqueles que tem pensamento diferente por isso a gente pede sempre serenidade e unindo as forças pra que isso venha a fortalecer o nosso Presidente fortalecer o nosso Brasil porque é isso que está em jogo hoje. Vimos ontem depois da comemoração na Avenida Brasil grupos do Jair Bolsonaro que fizeram toda a campanha gratuitamente fizeram um ato importante fazendo a limpeza na Avenida Brasil. Uma coisa bonita, um exemplo muito importante. Queremos um país livre da corrupção, das manobras políticas, por isso nós acreditamos e queremos um país cada vez melhor. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jeferson Cordeiro: Parabenizar os petistas, deixar bem claro que eu não concordo com o modelo do governo do PT, mas jamais com o pensamento das pessoas que votaram no segundo colocado. Fico muito grato muito feliz por você o Bolsonaro do nosso partido. – Vereador Mazutti: Queremos que possa fazer um trabalho exemplar em prol da população. – Presidente: Com a palavra vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Acredito que a política esse ano foi diferenciada. Depois de várias batalhas o PT assumiu e a gente vê coisas boas e ruins do PT. Depois de 1988 quando mudou a Constituição hoje a gente vê cada pessoa se manifestando, houve uma melhora. Conheci eleitores de todos os partidos e conheci eleitores não do PSL, mas do Bolsonaro. As pessoas querem mudança. Do PT ficou um partido de pessoas que iam presas, cometiam crimes. Quando houve uma mudança onde o Ministério Público tem uma liberdade de trabalhar, a Polícia Federal tem a liberdade de trabalhar e continuo acreditando que deva ter mesmo, a gente vê mudança, um exemplo, quem é o Jair Bolsonaro? Se fosse uma pessoa que aceitasse tudo e deixasse o mundo do jeito que era o RDE talvez nunca teria saído do exército. Então tem algumas coisas que talvez alguns eleitores até repassam a mais que seja a imagem dele, mas nos últimos tempos depois que ele criou o nome o que a gente vê, não sei se é alguém orientando, mas uma pessoa que fala em seguir a Constituição, apesar de antes vir essa política que falam de arma e eu sei por que, porque as pessoas honestas principalmente de cidades estão cansadas de ser vítima de roubo, de ver criminosos saindo da cadeia, entrando e saindo, mas ninguém parou para pensar que é nossa Constituição que dá essa liberdade para as pessoas que um promotor, juiz, advogado tem que seguir o que está no livro e foi por isso que ao longo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do tempo cada vez mais fui procurando me aprimorar e seguindo o que está na lei. Quando eu entrei nessa Câmara ninguém de nós aqui são tão singelos para não saber como é a situação de cada Vereador e eu preferi ser um vereador livre, vereador que defende a sociedade. Quando ouvi eleitor falando da inconstitucionalidade taxa de desastre seria bem mais fácil, bem mais cômodo eu pagar os R\$ 18,00 lá que vem na minha casa e mais 18 da outra e fazer de conta que não ouvisse, mas eu ia me sentir uma pessoa covarde, uma pessoa frustrada e às vezes a pessoa fala muito em redes sociais e o cara chega em casa e deita, põe o travesseiro na cama e vê que não é nada daquilo, que ele é uma pessoa frustrada porque ele vende uma imagem, mas na verdade ele não é aquela pessoa. Então, eu entendo o voto de cada um entendo a política de cada um e gostaria que todos entendessem que eu aprendi a seguir o que tem na Constituição por mais que as pessoas às vezes a gente fala, se solta na hora, mas eu aprendi a seguir o que está na Constituição. Então, para mim o livro maior na terra é a Constituição e perante a crença minha é a Bíblia. Então, eu não sou perfeito, mas sigo o que está na lei e as pessoas têm que entender que cada um pensa de um jeito. É meu dever e obrigação primeiramente com Deus, segundo as pessoas de bem que me elegeram, esse é o meu dever por isso que eu tenho essa minha postura aqui na Câmara. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Mauro Seibert. - Vereador Mauro Seibert: Recorrendo ao Misael que foi reconhecer o nosso amigo Marcos Formighieri agora vi que o senhor adotou o mesmo método do meu irmão de boné, não tinha reconhecido, seja bem-vindo. Parabenizar o senhor que acredito também nessa Cascavel junto com outras pessoas aqui quiseram destacar essa cidade através do seu jornal que eu estou na mão, esse jornal que traz a notícia tão esperada da Região Sul até que enfim. Parabenizar o governo Paranhos que teve coragem de buscar essa sobra desse dinheiro do Bid que é em dólar que é o dobro que vamos pagar e esperamos que agora com o Bolsonaro o dólar também desça para não ser tão grande essa nossa conta que o prefeito Paranhos vai colocar no projeto a Carlos Gomes para retirada como é conhecido aquele muro de Berlim da nossa região que limita a transição do comércio de um lado para o outro, que mata vários animais que não tem pra onde correr que acabam sendo atropelados. Seja bem-vindo, parabenizar o governo. E falando agora um pouquinho da eleição, pena que o vereador Paulo Porto não esteja aqui, vereador Paulo Porto com todo o respeito que eu tenho pelo senhor, eu já votei no primeiro mandato do Lula, acreditei e foi um bom governo naquele momento, porém mataram a galinha dos ovos de ouro como nós chamamos lá no sítio, assim como lá atrás teve alguém que teve coragem que vendeu a Vale do Rio Doce que hoje é referência mundial. Precisa coragem, claro que para muitos não era preciso vender, era o abastecedor, Petrobras, de muitos partidos políticos e aqui eu estou falando maioria onde o nosso também muitas vezes se incluiria nisso. Então, essa revolta da corrupção, do desmando nesse país, Marcos Formighieri, precisa ordem. Acredito que o Jair Bolsonaro não vá se fazer um grande governo, mas se ele conseguir trazer de novo o ânimo da pequena empresa, da média, da grande, do nosso homem do campo voltar a investir novamente aí sim o trabalhador terá novamente o seu emprego e através disso levar sua dignidade e o seu sustento para sua família, isso é crescimento. Agora, perder uma eleição e querer o pior do país, e muitos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pensamentos que a gente vê não é por aí. Eu lembro quando meu falecido avô, meu pai falava dos militares, esses mesmos militares que criaram FGTS, PIS, PASEP. Então, temos que fazer uma reflexão de vez em quando, é preciso, é difícil a mudança, é difícil, mas às vezes é preciso pra um crescimento de uma nação e sabemos também que corremos o risco do medo de uma ditadura novamente, corremos, mas ninguém aguentava mais ser assaltado nesse país, de não termos fôlego mais nem para respirar, taxa sobre taxa e a maior vergonha ainda oferecer botijão a R\$ 49,00, aumento de salário acima da inflação, 20% na Bolsa Família. Se isso não é compra de voto o que é isso? Vão tirar da onde? De algum lugar tem que sair, vai sair de novo do couro dos coitados, das empresas, do agropecuarista? De algum lugar tem que sair. Nunca vi dinheiro dar em árvore. Então, o povo estava cansado. O Jair é o melhor, não acreditava nisso também, mas era a opção para quebrar um ciclo nesse país. Era o que eu tinha. – Presidente: Encerrando sessão lembrando da reunião amanhã às 9 horas da manhã aqui no plenarinho desta casa. Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e trinta minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

OLAVO SANTOS

1º Secretário